

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: _____

08

Data: 10 de agosto de 1986

Pg.: _____

Seis índios disputarão as eleições

Da Sucursal de Brasília

Dispensando porta-vozes, seis índios decidiram lutar por uma vaga no Congresso constituinte e defender seus próprios interesses. Serão seis representantes de nações diferentes tentando chegar lá com uma preocupação básica: garantir o direito sobre as terras que ocupam há pelo menos cinco séculos.

A eleição do cacique xavante Mário Juruna (PDT-RJ) em 1982, considerada verdadeira "zebra", reforçou a idéia de disputar uma vaga de deputado entre outros índios. Com apoio de entidades e da Igreja eles começam agora a corrida eleitoral em vários Estados. Se conseguirem se eleger terão a autoridade de estar falando por 220 mil índios que vivem hoje no país.

Mário Juruna tenta a reeleição para a Câmara pelo PDT do Rio. Em Brasília, o jovem fundador da União das Nações Indígenas (UNI), Marcos Terena, também conseguiu na última hora uma legenda pelo PDT. Da mesma linha da UNI estarão concorrendo Biraci Iauanauá (PT-AC), Alvaro Sampaio Tukano (PT-AM) e Idjarruri Karajá (PMDB-GO). Junto com Terena, os três participam da linha considerada progressista, que não aceita mais uma relação paternalista e dependente com o governo federal. O sexto da lista é Nicolau Xavante, que também concorre pelo PDT em Mato Grosso.

A terra é a certeza de sobrevivência para o índio. Marcos Terena, 33, com curso superior de Administração e de piloto, explica: "Dela tiramos a comida e perpetuamos a nossa identidade cultural". Mal conseguindo se fazer entender, Mário Juruna, 43, concorda à sua maneira: "Terra é sagrada para índio. Índio não precisa luxo, apartamento. Sobrevive com caça, fruta. Então fica sossego. Se não, vem a matança, e a matança não pára. Por isso tem de respeitar índio. Brasil é dele".

Com a Constituinte, o grupo de Marcos Terena quer fixar o princípio de que cada grupo tribal, por ele considerado uma nação, deve ter a propriedade da terra que ocupa. Sobre aquela área reinaria um poder independente, capaz de decidir coletivamente a interação com o exterior. Seria, conforme explicou, o modelo americano. As nações indígenas têm a propriedade coletiva da terra e fazem acordos com o governo, pessoas e empresas na medida de seu interesse.

De acordo com Marcos Terena isto seria a autodeterminação que pretendem. Terena quer que os índios continuem sendo considerados brasileiros. A emancipação, para ele, seria perder a terra e promover a dispersão. Reconhecidos como nação, poderiam até, se quisessem, deixar a terra e obter todos os direitos de um cidadão comum, sujeitos também aos deveres. "Aqui fora até pagamos imposto. Mas o que não queremos é branco entrando na nossa terra sem

autorização, inclusive do governo", afirmou.

Mas a tutela do Estado não é dispensada. Terena acha que o governo federal tem o dever de proteger o índio se ele decidir adquirir novos hábitos, estudar e viver fora de sua comunidade. Lá dentro, porém, não seria alcançado pelo braço do Estado, nem sujeito às leis brasileiras. O branco que lá estivesse também responderia por seus atos dentro das normas locais, exposto às sanções estabelecidas pela nação.

Proteção do Estado

Mário Juruna tem visão diferente. Como define hoje o Estatuto do Índio Juruna acha que o índio deve continuar como protegido do Estado. Cortar o vínculo, para ele, significa miséria. Quem responde pelo índio deve ser a Funai, na opinião de Juruna. E como "índio não faz crime à toa", Juruna acha que o tutor deve responsabilizar-se por qualquer ato, mesmo criminoso. Acredita que os índios são ingênuos e ainda não estão preparados para decidir sozinhos. Por isso, também é contra a idéia da comunidade ter a propriedade sobre sua terra. "Isso é muito perigo. Não tá na hora, índio não conhece muito jogo interesse do branco".

Dos índios da UNI, Alvaro Tukano (AM) e Biraci Iauanauá (AC) devem ser eleitos, segundo Marcos Terena. No Amazonas há cinquenta mil índios votantes —de acordo com as estimativas do grupo—, número suficiente para eleger dois deputados.